

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 573.055 - PR (2014/0219534-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : UNIVERSAL EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : ODACYR CARLOS PRIGOL - PR014451
ANDRÉ OTÁVIO LUZ E OUTRO(S) - PR037519
AGRAVADO : COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA - SC011985
LAUREN HELENE KUEHNE E OUTRO(S) - PR046104

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por UNIVERSAL EMPREENDIMENTOS LTDA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 366-367):

"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS AOS SEGURADOS DA RÉ. COBRANÇA DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR PAGO PELA SEGURADORA E A IMPORTÂNCIA TOTAL PREVISTA NO CONTRATO. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL CARACTERIZADO. PRETENSÃO DE CARÁTER REPARATÓRIO. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. TERMO A QUO. DATA DE ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CÓDIGO CIVIL. AJUIZAMENTO POSTERIOR AO DECURSO DO PRAZO. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA. Não se trata de demanda aforada por um segurado contra a seguradora, mas sim de pretensão de reparação civil, fundamentada em eventual inadimplemento contratual da parte ré, ao deixar de pagar à autora a diferença entre o valor estipulado no contrato e a importância correspondente às despesas funerárias dos segurados. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO."

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 112, 205, 206, § 3º, V, e 206, § 5º, I, do Código Civil, ao argumento, entre outros, que, "(...) relativamente às diferenças de indenizações pagas a menor no contrato de seguro, figurando a Recorrente como beneficiária do valor correspondente ao capital segurado, como forma de contraprestação ao serviço de assistência funeral por ela prestado, o prazo prescricional é decenal, a teor do artigo

205 do Código Civil de 2002 (art. 177 do CC/1916) (...)" (fl. 386)

Contrarrazões às fls. 420-428.

É o relatório. Decido.

Com efeito, ao apontar violação aos arts. 112, 205, 206, § 3º, V, e 206, § 5º, I, do CC, a recorrente sustenta que, nas causas em que se busca o adimplemento contratual em razão de pagamento parcial, o prazo prescricional deve ser o decenal previsto no art. 205 do CC. Por sua vez, o TJ-PR, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fls. 369-370):

"Cuida-se de ação de cobrança na qual a parte autora visa à complementação do valor recebido, em razão de contrato de prestação de serviços funerários aos segurados da requerida.

Diante da procedência do pedido inicial, insurge-se a parte ré, alegando que a pretensão inicial encontra-se fulminada pela prescrição.

É certo que a pretensão do segurado em face do segurador prescreve em um ano, consoante dispõe o art. 206, § 1º, II "h" do Código Civil de 2002.

Entretanto, não se trata de demanda aforada por um segurado contra a seguradora, mas sim de pretensão de caráter de reparação civil, fundamentada em eventual inadimplemento contratual da parte ré ao deixar de pagar à autora a diferença entre o valor estipulado no contrato e a importância correspondente às despesas funerárias dos segurados.

Vale ressaltar que não havia qualquer relação jurídica entre a empresa autora e os segurados, sendo que o pagamento pelos serviços funerários foi realizado diretamente pela empresa ré.

Considerando-se que as restituições das despesas com os funerais ocorreram nos anos de 1999 e 2000, conforme se extrai dos documentos de fls. 110/181, seria aplicável ao caso em comento o artigo 177 do Código Civil de 1916, que previa o prazo prescricional de vinte anos.

Todavia, com o advento do Novo Código Civil, o prazo prescricional da pretensão de reparação civil foi reduzido para três anos.

Levando-se em conta que o novo diploma legal entrou em vigor na data de 13 de janeiro de 2003, ou seja, em lapso temporal inferior a quatro anos após o pagamento parcial, de modo que não transcorreu mais da metade do prazo

prescricional vintenário, é aplicável ao caso em comento o prazo trienal, em observância ao artigo 2028 do Código Civil de 2002.

(...)

Ocorre que a parte autora ajuizou a demanda na data de 14/11/2006 (fls. 02), ou seja, dez meses após o termo final do prazo, que se iniciou na data de 13/01/2003.

A partir disto, impõem-se o reconhecimento da prescrição da pretensão inicial." (grifou-se)

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que, nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC) que prevê dez anos de prazo prescricional. Nessa linha de inteligência, confirmam-se os seguintes precedentes:

"RECURSO ESPECIAL. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E TEORIA DA APARÊNCIA. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA. ATO INEQUÍVOCO. IMPRESCINDIBILIDADE. INCORPORAÇÃO. PROPRIETÁRIO DO TERRENO E INCORPORADORA. SOLIDARIEDADE OU SUCESSÃO OBRIGACIONAL. INEXISTÊNCIA. INSOLVÊNCIA DA INCORPORADORA. RESCISÃO DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO DO TERRENO. HAVERES DOS EX-TITULARES DE DIREITO À AQUISIÇÃO DE UNIDADE AUTÔNOMA A RECEBER DO PROPRIETÁRIO DO LOTE. LIMITAÇÃO AOS VALORES DA PARCELA DE CONSTRUÇÃO ADICIONADA. PROPRIETÁRIO QUE SE FAZ PASSAR POR COINCORPORADOR. INCIDÊNCIA DA TEORIA DA APARÊNCIA.

(...)

3. Por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.280.825/RJ, Relatora Ministra Nancy Andrighi, a Segunda Seção perfilhou o entendimento de que, ressalvados prazos específicos, em regra, nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se o prazo geral de prescrição - 10 anos - contido no art. 205 CC/02 e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, o prazo trienal, conforme disposto no art. 206, § 3º, V, do Diploma Civilista. No caso, cuida-se de alegação de inadimplemento contratual, e, observada a regra de transição prevista no art. 2.028 do Diploma Civilista vigente, não restou transcorrido o prazo decenal.

(...)

8. Recuso especial não provido."

(REsp 1360269/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 08/03/2019 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MATERIAL E MORAL. SERVIÇOS CONTRATADOS. PRESCRIÇÃO DECENAL. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. NÃO PROVIMENTO.

1. A Segunda Seção do STJ, por ocasião do julgamento dos EREsp 1.280.825/RJ, estabeleceu o entendimento de que o prazo prescricional para as ações fundadas no inadimplemento contratual, incluindo o da reparação de perdas e danos, é de 10 anos.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1277430/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 15/03/2019 - grifou-se)

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM COMPENSAÇÃO DE DANOS MORAIS. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NÃO CONFIGURADA. APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL.

1. Ação de repetição de indébito cumulada com compensação de danos morais.

2. Ação ajuizada em 21/08/2018. Recurso especial concluso ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73.

3. O propósito recursal é definir o prazo prescricional aplicável à pretensão do recorrido de buscar a devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados relativos a contrato de assistência funerária.

4. Para a configuração da pretensão de enriquecimento sem causa, exige-se: i) enriquecimento de alguém; ii) empobrecimento correspondente de outrem; iii) relação de causalidade entre ambos;

iv) ausência de causa jurídica; v) inexistência de ação específica.

5. A discussão acerca da cobrança indevida de valores constantes de relação contratual e eventual repetição de indébito não se enquadra na hipótese do art. 206, § 3º, IV, do Código Civil/2002, seja porque a causa jurídica, em princípio, existe (relação contratual prévia em que se debate a legitimidade da cobrança), seja porque a ação de repetição de indébito é ação específica.

6. Considerando que a existência de um contrato afasta a ausência de causa, requisito necessário à configuração do enriquecimento sem causa e, conseqüentemente, da aplicação do prazo prescricional previsto no art. 206, § 3º, IV, do CC/02, deve-se aplicar a prescrição decenal, prevista no art. 205 do CC/02.

7. Recurso especial conhecido e não provido."

(REsp 1708326/SP, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**,
TERCEIRA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 08/08/2019 -
grifou-se)

Desse modo, estando a decisão recorrida em desacordo com a jurisprudência desta Corte, o apelo especial comporta provimento.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de afastar a prescrição, determinando o retorno dos autos para o prosseguindo do feito.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator